Homem Público Exemplar

J. C. Alencar Araripe

Com o falecimento, na provecta idade de 91 anos, de Antônio de Alencar Araripe, desaparece uma figura exemplar de homem público pelo seu empenho no trabalho, pela seriedade de sua atuação, pela abnegação com que servia à causa do povo, pela honestidade inconspurcável que o distinguia.

Andou por caminhos diversos, o do magistério, por exemplo. Foi professor em Icó e Lavras da Mangabeira. Nesta última, teve como aluno Filgueiras Lima e era com enternecimento que lembrava o grande poeta. Na cidade dos sobradões, freqüentaram a sua escola os irmãos José, Antônio e Marcial Dias Pequeno, este, jornalista e que ocupou postos de relevo na administração federal e do então Estado da Guanabara.

A advocacia esteve entre as suas principais atividades, a partir de janeiro de 1916, com provisionado, depois, já formado pela nossa Faculdade de Direito, em 1927. Foi advogado de renome. Conhecia os bons doutrinadores da ciência do Direito, devotado ao estudo que era. Possuiu uma das melhores bibliotecas especializadas do Ceará, recentemente doada à Universidade Vale do Cariri. Patrocinou causas de personalidades importantes, como o Padre Cícero, e de ampla repercussão, como a do Beato José Lourenço, e que lhe valeu prisão. Publicou em opúsculos mais de 20 trabalhos forenses. Colaborou na "Revista do Direito", de Bento de Faria, na "Revista Forense" e no "Ceará Judiciário".

O jornalismo atraiu-o de maneira irreversível. Fundou e dirigiu o semanário "O Cariri", editado, primeiro, em Juazeiro, e, depois, no Crato, por vários anos. Escreveu para diversos jornais, como "O Tempo", de Aracati, "Gazeta do Cariri", "A Região" e "A Ação", do Crato. Era o mais antigo colaborador do "O Povo", cujas colunas abrilhantou desde quando esse diário circulou, em 1928. Pertencia à Associção Cearense de Imprensa e ao Instituto Cultural do Cariri, em cuja revista "Itaytera" tinha presença constante.

Dotado de prodigiosa memória, recompunha, até bem pouco, com riqueza de pormenores, episódios de que fôra contemporâneo e

alguns dos quais contaram com a sua participação direta.

A genealogia cearense não tinha segredos para ele, notadamente quando se tratava dos Alencares, sobre os quais recolheu dados preciosíssimos, que planejou reunir em livro. Nesse particular como no tocante ao exercício da advocacia, identificou-se, sobremodo, com o pai, Otaviano Cícero de Alencar Araripe, rábula de nomeada e que versava com proficiência sobre as origens das famílias do Ceará.

Erigiu a política como instrumento de servir à comunidade e não como meio de saciar apetites pessoais ou de grupos. Ocupou a Prefeitura do Crato, em duas oportunidades, e, segundo nota do jornal "O Povo", do tempo em que viviam Demócrito e Sarasate, foi o melhor Prefeito da Revolução de 30 no Ceará. Austero no manejo do dinheiro da municipalidade, engenhoso e prático no rol das iniciativas administrativas, as mais complexas, como a ponte no rio Granjeiro, e as mais simples, como o nivelamento das calçadas, mas essenciais à modernização da cidade.

Constituinte de 46, iniciou, então, uma fase da vida em que avultam as benemerências da ação parlamentar, que se desenvolveu durante 12 anos. Foi um dos melhores deputados federais do Ceará. Chamaram-no "deputado das secas" pela sua persistência na abordagem do fenômeno das estiagens e na defesa intransigente das obras que julgava necessárias à redenção do Estado e do Nordeste e ao bem-estar das suas populações.

Partiram dele as primeiras verbas para a barragem do Orós, que defendeu em mais de um discurso. Outros reservatórios foram construídos ou estudados pelo DNOCS em decorrência da sua desvelada atenção.

Não houve município, a que se ligou politicamente, que não haja recebido a compensação de empreendimento de repercussão coletiva, fosse o crédito agrícola, a estrada, a linha telegráfica, o açude, a eletrificação, o hospital ou a escola, como a Escola Agrotécnica do Crato, de tão relevantes serviços à região.

A sua visão não se confinava aos interesses agrícolas e pecuários do Cariri e do Estado. Entre as medidas propulsoras do desenvolvimento, assim compreendia, está a industrialização. Daí, a sua luta pela montagem de uma fábrica de cimento no Crato. Foi dos primeiros a abordar o assunto e quem primeiro destinou verbas para os estudos que se tornavam imprescindíveis. O conjunto industrial não surgiu no Crato, mas está ali bem pertinho, no Município de Barbalha.

Há dois fatos da sua passagem pelo Parlamento que merecem registro especial. O primeiro foi a indicação que formulou e da qual re-

sultou o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, tendo como relator Afonso Arinos, sobre a violação do preceito constitucional pelo Governo, que não respeitava o mandamento que destinava 3% da renda tributária da União para o Nordeste. O segundo decorreu da sua participação, como representante da UDN, na comissão da Câmara que examinava a denúncia de favorecimento do Governo ao jornal "Última Hora". Chamou a atenção geral a maneira como fazia as arguições. Era o velho advogado, culto e familiarizado com as normas forenses, que se projetava em cenário de ressonância nacional.

Antônio de Alencar Araripe publicou alguns livros, enfeixando projetos e suas justificativas, discursos e artigos de jornal. Todos eles encerram valiosos depoimentos, análises seguras e pertinentes e a indicação de solução para casos que se eternizam.

No seu último livro – **O Problema das Secas e Outros Ensaios**, no capítulo intitulado "Fábrica de Cimento no Cariri", Antônio de Alencar Araripe fez este desabafo: "Em carta escrita ao Barão de Lucena, em 1870, confessa José de Alencar pertencer ao número "daqueles que não se podem entregar por metade a uma coisa". Também tenho a sorte de militar entre as pessoas que, no exercício de atividades públicas e particulares, costumam entregar-se de corpo e alma ao cumprimento ds respectivas obrigações. Como Delegado Seccional do Recenseamento, em 1920, Prefeito de Crato, por duas vezes, Deputado Federal, presidente do BNB e Procurador Fiscal do Estado, ou simplesmente como advogado, onde quer que tenha funcionado, guardo a impressão de ter-me devotado por inteiro à rigorosa observância dos deveres funcionais".

Assim foi, com efeito, segundo o testemunho dos que tiveram o privilégio de conhecê-lo, na intimidade e como cidadão de nobres e acrisoladas virtudes.